

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 28/2023 - Projeto de Plano Plurianual para 2024-2027

Espelho de Emenda de Programa

| TIPO AUTOR | TIPO DE EMENDA | EMENDA |
|------------|--------------------|--------|
| Comissão | Emenda de Programa | |

EMENTA

CPASF SUGESTÃO DE EMENDA DE PROGRAMA 01 - Dep. Rogéria Santos N° Programa em Defesa e Proteção das Crianças e Adolescentes

PROGRAMA

(novo) - Programa em Defesa e Proteção das Crianças e Adolescentes

Tipo: Finalístico

PROGRAMA - NOME PROPOSTO

Programa em Defesa e Proteção das Crianças e Adolescentes

OBJETIVO GERAL

IMPLEMENTAR POLITICAS PUBLICAS PRIORITÁRIAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

PÚBLICO ALVO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SITUAÇÃO DE ABANDONO E VULNERABILIDADE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PROGRAMA DESMEMBRADO

ÓRGÃO PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Valores Globais

| Esfera | Valores PL | Valores Propostos em R\$ | | |
|---|-------------|--------------------------|-------------|-------------|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| Orçamento Fiscal e da Seguridade Social | 0 | 100.000.000 | 100.000.000 | 100.000.000 |
| - Despesas Correntes | 0 | 50.000.000 | 50.000.000 | 50.000.000 |
| - Despesas de Capital | 0 | 50.000.000 | 50.000.000 | 50.000.000 |
| Orçamento de Investimento das Empresas Estatais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Recursos Extraorçamentários | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Outras Fontes | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Gastos Tributários | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Valores Globais | 0 | 100.000.000 | 100.000.000 | 100.000.000 |
| | 300.000.000 | | | |

JUSTIFICATIVA

Nos termos da Constituição Federal e do ECA, crianças e adolescentes não só são sujeitos de direito mas devem receber prioridade absoluta no atendimento de seus interesses. A norma constitucional assegura que, em qualquer situação, encontre-se a alternativa que garanta que os interesses da criança e do adolescente estejam sempre em primeiro lugar. Por isso, é preciso reconhecer esse direito e exigir sua aplicação para que haja a proteção integral à infância que depende da efetivação e articulação das políticas públicas.

 Autor(a):
 5049 - null
 Alteração:
 27/11/2023 à(s) 14:24:46h

*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 27/11/2023 às 14:25:26h (Proposta inicial do Executivo) (1EM004) Página 1 de 2